

Artigo recebido em: 30/05/12
Revisado em: 18/08/13
Aprovado em: 20/10/13

Ana Bernadete de C. A. Soares¹
Maria de Fátima F. Rodrigues²

¹ Faculdades Integradas de Patos
accioly27@yahoo.com.br

² Profa. Dra. do Departamento de
Geociências da
Universidade Federal da Paraíba
fatimarodrigues.ufpb@gmail.com

Correspondência:

Maria de Fátima F. Rodrigues
Departamento de Geociências
Cidade Universitária
João Pessoa-PB, Brasil
CEP 58051-900

PROGRAMA DO LEITE EM CABACEIRAS/PB: CONTRAPONTO ENTRE OS DISCURSOS DE COMBATE À POBREZA, O BANCO MUNDIAL E POLÍTICAS PARA O CAMPO

RESUMO

A classe camponesa no Brasil tem sua história marcada pela exclusão, submissão e expropriação. Com frequência expressiva, políticas agrícolas foram implementadas beneficiando o latifúndio e, na atualidade, o agronegócio. Na contramão dessa realidade, nos deparamos com um sujeito social que, embora inserido no modo de produção capitalista, resiste à sua lógica. Na contemporaneidade, algumas políticas – ressaltamos, compensatórias – vêm sendo implementadas, a exemplo do Programa do Leite (PL), uma das ações do Programa Fome Zero, com grande parte dos recursos oriundos de organismos multilaterais, como o Banco para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), também conhecido como Banco Mundial. Diante desse quadro, voltamos nossa atenção ao programa Fome Zero e suas modalidades, mais especificamente o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que incorpora o PL. Introduzimos nossa discussão na perspectiva do entendimento dos paradigmas que norteiam tanto a resistência camponesa quanto a implementação dessas políticas. Este trabalho é fruto de pesquisas para elaboração de dissertação de mestrado, no período compreendido entre 2006 e 2008 e para os estudos do GESTAR, desde 2006, realizada no município de Cabaceiras – PB, com os camponeses caprinocultores.

Palavras-chave: Campesinato, Programa Fome Zero, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa do Leite, Banco Mundial.

MILK PROGRAM IN THE CABACEIRAS/PB: COUNTERPOINTS BETWEEN SPEECHES OF POVERTY, THE WORLD BANK AND POLICIES FOR THE FIELD

ABSTRACT

In Brazil, the peasant stratum history is characterized for exclusion, subordination and expropriation. Often, field politics have been introduced and brought advantages to the field, and in this moment, the agribusiness. In spite of the actual situation, there is a social subject that denies participation, although he is inserted in capitalist system. Nowadays, some compensatory politics are introduced in Zero Hunger Program like Milk Program (PL). The source to these program came from Bank for Reconstruction and Development (IBRD) or world bank. Against this background, our attention should be at the Fome Zero program, mainly to the Programme for the Purchase of Food (PAA), which includes the PL. It was introduced our discussion about the understanding perspective paradigms that guide the peasant resistance and implementation of these politics. This work is the result of research to prepare pos graduate dissertation, in the period between 2006 and 2008 and for studies of the GESTAR since 2006. It was done in Cabaceiras city – Pb with peasants goat raisers.

Keywords: Geomorphology, Relief, Geomorphological Studies.

NOTAS INTRODUTÓRIAS SOBRE OS PARADIGMAS DE COMPREENSÃO DO DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NO CAMPO

Os paradigmas que, segundo Fernandes (2005), determinam as políticas públicas são estabelecidos a partir da construção de referências teóricas embasadas em leituras e interpretações da realidade, visões de mundo de um grupo de pensadores e respectivas produções científicas, a fim de exercer determinado domínio político. Esses paradigmas constituem-se em um conjunto de teses, teorias e pensamentos utilizados com o objetivo de explicar a leitura da realidade. Para Fernandes (*idem*), os paradigmas partem de pressupostos próprios, de métodos diferentes e de lógicas divergentes.

Na tentativa de desvendar o desenvolvimento do capitalismo no campo, intelectuais, de posse de seus métodos, referenciais teóricos e que influem em suas análises, se deparam com a conflitualidade dessa questão, nascida das desigualdades geradas pelas contradições do capitalismo, que gera riquezas para poucos e expande a pobreza e miséria para muitos, o que assevera Fernandes (2005, p. 05, grifos nossos):

A conflitualidade resulta do enfrentamento das classes. De um lado, o capital expropria e exclui; de outro, o campesinato ocupa a terra e se ressocializa. [...] em seu processo de territorialização, [o capital] destrói e recria o campesinato, excluindo-o, subordinando-o, concentrando terra, aumentando as desigualdades. [...] O campesinato em seu processo de territorialização destrói e recria o capital, ressocializando-se em sua formação autônoma, diminuindo as desigualdades, desconcentrando terra. [...] [a conflitualidade é] um processo de enfrentamento perene que explicita o paradoxo das contradições e as desigualdades do sistema capitalista [...].

Nesse contexto, se destacam dois modelos de compreensão do desenvolvimento do capitalismo no campo: o do *capitalismo agrário*, que decorre do entendimento da transformação do camponês em agricultor familiar, e o da

questão agrária, cuja base teórica compreende a criação e a recriação do camponato a partir da luta pela reforma agrária e pelo direito à terra.

O paradigma do Capitalismo Agrário assevera que o único futuro para o camponês é transformar-se em “agricultor familiar”, mediante sua inserção no mercado e racionalização de sua produção ao máximo. A tentativa e resistência em permanecer camponês condenam este trabalhador ao desaparecimento. A ênfase nesse modelo teórico é dada aos processos de transformação pelo capital, que “metamorfoseia um sujeito [o camponês] para adequá-lo aos seus princípios” (FERNANDES, 2005, p. 20, grifo nosso). Assim, na perspectiva desse paradigma e de autores como Abramovay (1990; 1992) e Silva (1999), o camponês significa atraso, barbárie, tendendo a desaparecer ou ser transformado em “agricultor familiar” pelo avanço e fortalecimento do capitalismo no campo. Para Abramovay (idem), por exemplo, se o camponês não se encontra inserido no mercado, é impossível compreendê-lo como relação social, como classe social (SOARES, 2008). O camponato, na perspectiva desse modelo, se configura como um tipo de sociedade e de cultura “parciais” e, conseqüentemente, incompatíveis com ambientes econômicos onde imperam relações mercantis, as quais destroem a organização social camponesa. O que era modo de vida passa a ser profissão, forma de trabalho. Os teóricos desse paradigma, via de regra, estão vinculados, não por acaso, ao Banco para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), também conhecido como Banco Mundial, através do Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural, também conhecido como Rede Internacional de Metodologias de Pesquisas de Sistemas de Produção Agrícola (RIMISP), originado de um pequeno grupo de pesquisadores latino-americanos de sistemas agrícolas. Seus objetivos são a promoção de processos inovadores em sistemas agrícolas com fins à **sustentabilidade** e **desenvolvimento competitivo**. As políticas públicas que sofreram influência do Paradigma do Capitalismo Agrário foram implementadas especialmente a partir de 1998, com o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e Programa Novo Rural (2). Destacamos, a tempo, que o camponato relaciona-se e necessita estabelecer relações mercantis para sobreviver dentro do modo de produção capitalista, não se adequando, porém, à

imposição da sua lógica acima dos valores morais, dos quais é portador. Um exemplo de campesinato e relações mercantis são as feiras agroecológicas (1).

Distintamente, o paradigma da Questão Agrária entende a existência do camponês a partir de sua resistência, cujo cerne está na lógica desigual e contraditória do desenvolvimento da agricultura no capitalismo, que possibilita compreender o campesinato a partir do processo de recriação, como afirma Martins (1996, p. 19-20):

O capitalismo engendra relações de produção não-capitalistas como recurso para garantir a sua própria expansão, como forma de garantir a produção não-capitalista do capital, naqueles lugares e naqueles setores da economia que se vinculam ao modo capitalista de produção através de relações comerciais.

O emprego do paradigma da questão agrária confere a seus postuladores a defesa da recriação do campesinato, que se dá através da luta pela terra e pela reforma agrária. Igualmente à Fernandes (2004), Oliveira (1990) considera que as abordagens teóricas sobre o tema aqui proposto se caracterizam como debate político e buscam compreender o processo do desenvolvimento capitalista no campo e as transformações nas relações de produção. Assim sendo, o capitalismo se expande em duas etapas, segundo Martins (1996): produzindo mercadorias e não necessariamente relações de produção capitalistas; e através da circulação da mercadoria, subordinada à produção.

Oliveira (1991, p. 20, grifo nosso) afirma que o que ocorre é a sujeição da renda da terra ao capital, pois este não expande de forma absoluta o trabalho assalariado uniformemente, mas “cria e recria [o campesinato] para que sua produção seja possível, e com ela possa haver também a criação de novos capitalistas”. Ao se utilizarem das relações familiares, evitam gastos com mão-de-obra assalariada, ao mesmo tempo em que se apropriam de parte do trabalho nas relações camponesas, transformando a renda da terra em capital (Oliveira, 1996). Não há sujeição formal do trabalho (assalariamento). Para Martins (2003),

diferentemente do operário, o camponês vende não a sua força de trabalho, mas o produto do seu trabalho, pois o trabalho não é considerado em si.

Para Fernandes (2005, p. 07), a recriação do campesinato não é apenas resultado da lógica desigual do modo de produção capitalista, mas igualmente

[...] uma estratégia de criação política do campesinato: a luta pela terra. É por meio da ocupação da terra que historicamente o campesinato tem enfrentado a condição da lógica do capital. [...] A ocupação e a conquista do latifúndio, de uma fração do território capitalista, significam a destruição – naquele território – da relação social capitalista e da criação ou recriação da relação social familiar ou camponesa.

É partindo da compreensão do campesinato inserido no modo de produção capitalista, na perspectiva do paradigma da Questão Agrária, que colocamos nossas considerações acerca do Programa Fome Zero e Programa do Leite e sua relação com o Banco Mundial.

Indicando contrapontos: discursos sobre combate à pobreza, Banco Mundial e políticas para o campo

A pobreza no Brasil é herança histórica do nosso processo colonizador e se revela, essencialmente, na concentração de renda e de terras, em um processo de exclusão da maior parte da população, nos mais diversos setores de uma sociedade dividida em classes. Essa exclusão é refletida especialmente no que se refere aos direitos básicos como alimentação, educação, saúde ou habitação, papel ao qual se propõe prover o Estado capitalista mediador através da sua configuração política jurisdicional. É através dessa configuração que controversamente o Estado elabora e implementa políticas compensatórias que tendem a amenizar alguns desses problemas estruturais, a exemplo da pobreza e desigualdade no campo. Contudo, o atendimento dessas demandas não ocorre em vão. No Brasil elas foram implementadas em resposta às reivindicações populares e à própria Constituição

Federativa, aprovada e promulgada em 1988, políticas que tem sido implementadas em parceria com agentes financiadores internacionais – neste caso, o Banco Mundial –, o que promove mudanças visíveis na paisagem agrária.

Essas políticas, ao mesmo tempo em que tem por objetivo reduzir a pobreza rural, promovendo melhorias na qualidade vida, buscam fortalecer estruturas e processos econômicos garantidores de sua reprodução ampliada.

O Nordeste, região onde se localiza nosso campo de estudos, tem na pobreza “uma das marcas mais importantes [...], quando vista no contexto nacional. É um traço antigo que o dinamismo econômico das últimas décadas não conseguiu alterar significativamente”. (ARAÚJO, 1995, p.3). Para a autora, é uma ‘pobreza persistente’, que se reflete nos altos níveis de concentração de renda, menor taxa de expectativa de vida ao nascer (69 anos), enquanto que na Região Sul é de 74,2 anos (IBGE, 2005). Apresenta uma taxa de analfabetismo de 52% (IBGE, 2007), 55% dos indigentes e 43,1% das famílias pobres (IBGE, 2007). No discurso do Estado (Plano Brasil Sem Miséria, 2011), os números assim se apresentam: dos aproximadamente 16 milhões de ‘extremamente’ pobres no Brasil, 59% está na Região Nordeste, isto é, 9,6 milhões de pessoas, das quais 48% (4.560.486 pobres) estão concentradas na zona urbana e 52% no campo (5.049.317 pobres). No campo, segundo o Governo Federal (idem), um em cada quatro residentes se encontra em extrema pobreza, ou seja, 25,5% desses totais apresentados.

Segundo Araújo (1995, p. 33-34),

[...] nas zonas rurais mais tradicionais do Nordeste, o problema social é muito grave. [...] No semi-árido, a seca continua sendo um problema social agudo, levando praticamente toda a população de trabalhadores rurais e pequenos produtores a buscar os programas assistenciais do Governo a cada estiagem mais prolongada, como aconteceu em 1993.

Na perspectiva do ‘Nordeste pobre’, ‘onde se concentra grande parte dos brasileiros miseráveis’, procuramos identificar a sintonia entre os discursos de

combate à pobreza do Estado e os agentes financeiros, voltados ao financiamento do desenvolvimento.

No Plano Brasil sem Miséria (2011, p. 06), o Governo Federal assevera que “entre os mais desfavorecidos faltam instrução, acesso à terra e insumos para produção, saúde, moradia, justiça, apoio familiar e comunitário, crédito e acesso a oportunidades”. E é com base nesse fato identificado que se vinculam Estado e capital, voltados para ‘combater’ a pobreza.

De acordo com informações contidas em seu site oficial (3), que compõe o referido discurso, o Banco Mundial, fundado em 1944, tem o objetivo de apoiar os países subdesenvolvidos na redução da pobreza. Esta ajuda se dá mediante empréstimos e tecnologia (experiência), em áreas diversas. No site (2008) consta que

O Banco Mundial é uma das maiores fontes de conhecimento e financiamento do mundo, que oferece apoio aos governos dos países membros em seus esforços para investir em escolas e centros de saúde, fornecimento de água e energia, combate a doenças e proteção do meio ambiente.

Ainda de acordo com o Banco Mundial, os empréstimos para investimento em bens, obras e serviços (projetos de desenvolvimento social e econômico) ou empréstimos de ajuste (reformas institucionais e de políticas) são feitos mediante o estabelecimento, com o país contratante, de um projeto ou programa, resultados pretendidos, indicadores de desempenho e planos para implementá-lo concretamente. Aprovado o empréstimo, essa implementação é realizada pelo país que contratou o empréstimo (chamado pelo Banco Mundial de ‘mutuário’). A avaliação da implementação dos projetos, planos e programas é feita sistematicamente pelo BIRD (ajudas-memória), para que as atividades sejam realizadas a ‘contento’ nos planos econômico, financeiro, ambiental e social. De acordo com o Banco, os resultados de seu apoio no Brasil já são concretos, graças às ações do Governo Federal, que teve como metas o progresso social aliado à

estabilidade econômica, as bases de seu programa. Alguns exemplos podem ser citados: Programa Bolsa Família: com apoio técnico e financeiro do BIRD, já diminuiu as disparidades sociais, segundo o Banco. São 11 milhões de famílias beneficiadas; e Programas de Combate à Pobreza Rural (PCPR's), que, beneficiam mais de 53% da população rural do Nordeste (BIRD, 2008).

No entanto, segundo Pereira (2006), em seu artigo intitulado “Neoliberalismo, políticas de terra e Reforma Agrária de mercado na América Latina”, o Banco Mundial, a fim de legitimar uma reciclagem do projeto neoliberal a partir da década de 1990, adotou esse discurso de transformação e mudança. Estabeleceu, para tanto, quatro premissas que definiriam a ‘nova agenda de desenvolvimento’ para os países que receberiam ‘ajuda’: complementar Estado e mercado, abandonar a idéia de Estado ‘mínimo’ em favor de um Estado eficaz, combater a pobreza e centralizar as instituições.

Portanto, na contramão desse discurso, no que se refere ao combate à pobreza, o autor (idem, p. 15, grifos do autor) afirma:

Contra a noção de direitos universais de cidadania, as propostas do BIRD consistiam na criação de programas e projetos de alívio paliativo e focalizado na pobreza, preferencialmente onde as tensões sociais pudessem de algum modo fugir ao controle político-repressivo do Estado. Para tal, o BIRD passou a estimular o redesenho da política social na direção de um novo tipo de filantropia, baseada na mobilização e articulação de empresas, organizações não-governamentais (ONGs), esferas subnacionais de governo e associações locais ou comunitárias. Termos “como “sociedade civil”, “participação”, capital social”, “descentralização”, “autonomia” e “empoderamento” foram criados ou resignificados para legitimar o ajuste de políticas sociais no projeto neoliberal.

Dentre as reflexões que faz, o autor (2006, p. 16-17, grifo nosso) afirma que o sentido geral das diretrizes traçadas pelo BIRD é o de tornar o Estado numa agência funcional

[...] à globalização financeira, [além de] neutralizar tensões sociais emergentes, potencializar a ofensiva do capital contra o trabalho, ajustar e subordinar as políticas sociais ao novo regime de acumulação e, por fim, aprofundar a liberalização das economias domésticas.

Assim, nessa retomada, o BIRD atualizou sua ‘agenda agrária’: estimulando a mercantilização total do acesso à terra rural – objetivando a elevação da produtividade da terra, favorecimento do livre fluxo de força de trabalho no campo, atração do capital privado para a economia rural e potencialização da integração subordinada do campesinato pobre ao regime de acumulação conduzido pela burguesia agroindustrial-financeira.

De acordo com Sauer (2006), em seu artigo intitulado “Estado, Banco Mundial e protagonismo popular: o caso da Reforma Agrária de Mercado no Brasil”, o projeto de reforma agrária de mercado é duramente criticado pelos Movimentos Sociais. Estas críticas são convenientemente transformadas pelos consultores do Banco Mundial em simples “questionamentos”. A seguir, um fragmento do Grito da Terra de 1997 (*apud* SAUER, 2006, p. 288): “Esta alternativa do governo vem, portanto, mais uma vez beneficiar os grandes proprietários com a abertura de mercados para as terras que foram mantidas improdutivas e como reserva de valor”. A falta de consideração aos movimentos sociais demonstra, para Sauer (2006, p. 288), que o Banco “tende sempre a privilegiar os interesses e relações com os governos em detrimento das demandas da sociedade civil”.

O discurso do Banco Mundial de ter a participação da sociedade civil aparece como um simples vetor de informações, como uma contribuição das ONG’s que ajudam a baixar custos, e, para além de experiência prática importante, ainda segundo o autor (*idem*), a mais importante delas, que é apoiar e conseqüentemente legitimar as ações do Banco.

Assim, a postura do Banco Mundial demonstra que seu interesse é

[...] deslegitimar as ações e lutas sociais no meio rural. [...] O BIRD simplesmente atribuiu todo o protagonismo às associações locais [carentes de projetos], supostos responsáveis pela concepção e implantação dos projetos (mobilização das famílias, negociação da terra [no caso do programa Cédula da Terra], organização interna, etc.), retirando qualquer representatividade política dos atores nacionais (SAUER, 2006, p. 290, grifos do autor).

Esvaziam assim, o sentido e a ação dos movimentos sociais agrários. São meramente acusados de oposições desqualificadas, genuinamente ideológicas e tendenciosas ou de caráter filosófico. Nessa perspectiva, identificamos com clareza as contradições entre discurso e prática, tanto do Estado quanto das agências financiadoras.

Destacamos, feitas essas colocações, a caprinocultura e o beneficiamento do leite de cabra, como parte dessas políticas públicas implementadas com o apoio do Banco Mundial, que direcionam os camponeses a se reunirem em associações ou cooperativas para que tenham acesso aos programas e projetos, mas que sucedem decorrente da mentalidade camponesa da ajuda mútua.

A caprinocultura no Município de Cabaceiras – PB

Os dados sobre a pecuária em Cabaceiras demonstram haver destaque para a caprinocultura, cujo rebanho vem sofrendo constantes e expressivos aumentos, de 6.610 cabeças em 2003 para 14.667 em 2006 (Censo Agropecuário, 2006).

A produção de leite no município reflete os dados acima descritos. São 55 estabelecimentos, produzindo 217.000 litros ao ano, enquanto que o rebanho bovino, em 362 estabelecimentos, produz 1.711 mil litros (idem).

De acordo com COSTA (2008),

[...] a Paraíba é hoje o maior produtor de leite de cabras do Brasil, com uma produção de 18,7% de todo o leite produzido no país. [...] Pelos meus cálculos, a partir das informações que disponho com os responsáveis pelo

Programa Leite da Paraíba, já produzimos em 2007, algo em torno dos 7 milhões de litros – fantástico. [...] É que essa produção é basicamente de pequenos produtores. De pessoas que têm apenas uma *nesga* de terra, usando a expressão gonzaguiana. São, arredondando, 2.000 produtores, camponeses que criam cabras em assentamentos, quintais, pontas de terras, pés-de-parede, como dizem lá, etc.

Assim sendo, a Paraíba ocupa hoje o posto de 1º produtor nacional de leite de cabra. Inicia-se um processo de conscientização, por parte do criador, das vantagens da caprinocultura sobre a bovinocultura, dadas as condições climáticas da região. Esta conscientização encontra respaldo na implementação de políticas públicas, acompanhadas de assistência técnica adequada, a exemplo do Programa do Leite e, em nível local, na melhoria genética promovida pela Prefeitura de Cabaceiras para o rebanho caprino a fim de adaptar o rebanho às novas necessidades, ou seja, dar “nova vocação” às cabras, torná-las cabras de leite. Sobre este aspecto da caprinocultura em Cabaceiras, destacamos o depoimento a seguir:

[...] onde nós tínhamos um potencial muito grande de caprinos, né? Não com aptidão leiteira, mas tínhamos um bom rebanho. Mas com o decorrer do tempo, fomos melhorando geneticamente esses animais, inclusive na época o prefeito fez aquisição de 10 animais reprodutores para que pudéssemos inserir nas propriedades e daí mudar a genética delas e poder se inserir na caprinocultura leiteira. (Informação Verbal concedida pelo presidente da ASCOMCAB, Henry Daniel de Souza Pombo. Fevereiro de 2008).

Essa mudança na qualidade do rebanho vem sendo aprimorada desde 2003, como aponta Gervázio Maia, técnico da Empresa de Assistência Técnica Rural do Estado da Paraíba (EMATER) no município de Cabaceiras:

Então pra gente aqui da região, isso tá melhorando a qualidade do rebanho da região. Na linhagem de leite a gente já tá com uma raça bem já, isso com muito trabalho, mas a gente tá conseguindo vencer as dificuldades. Uma linhagem mais pra leite, tem a Saney, tem a Parda e tem a Britt. E também pra carne. (Informação verbal concedida à autora em fevereiro de 2003).

No tocante à produção de leite de cabra no Brasil, a Paraíba se destaca. O Censo Agropecuário (2006) e Costa (2008) demonstra que o estado produziu 18,7% do total da produção nacional, seguido pela Bahia (15,3%), Rio Grande do Norte (10,7%), Minas Gerais (10,4%), Pernambuco (9,5%) e São Paulo (9,3%). Alguns estados não apresentam nenhuma produção de leite de cabra, a exemplo do Acre, Roraima, Amapá ou ínfima, como o Mato Grosso (0,2%), Rondônia (0,1%), Amazonas (0,2%), Maranhão (0,2%) e o Distrito Federal (0,4%).

Percebe-se que, embora o rebanho não tivesse “vocação” para o leite, os frutos dos esforços empenhados já são sentidos. Segundo Costa (2008, grifo nosso), no que se refere à vocação,

[...] o Nordeste, que detém 93% do rebanho caprino, em pleno semi-árido, poderia com facilidade, suprir esse país desse produto maravilhoso [o leite de cabra]. Aliás, considero que está mais do que na hora de se observar que essa é a nossa vocação.

Para Souza e Suertegaray (2006, p. 11-12), diversos fatores conjugados demonstram que a criação de caprinos no semi-árido é apontada como vantajosa sobre a criação de bovinos:

Ocorre uma hierarquia em termos de resistência às secas e às suas conseqüências para o gado, destacando-se os caprinos positivamente e os bovinos negativamente. Nesse caso, por exemplo, os caprinos levam vantagem sobre os bovinos no que diz respeito à área necessária para obterem

alimentação, uma vez que, em condições de pasto natural, sem nenhum manejo, 1 cabeça de gado bovino necessita de 10 a 12ha/ano para obter alimento, enquanto 1 cabeça de gado caprino necessita apenas de 1,5ha/ano. Além de apresentarem essa maior resistência natural às adversidades da seca com a sua conseqüente escassez de alimentos, os caprinos também apresentam menor tempo de gestação (duas parições por ano) e de abate (cerca de 1 ano). Fora esses aspectos, o gado caprino, pelo seu menor valor, é mais fácil de ser vendido em caso de necessidade mais urgente, constituindo-se numa importante reserva de valor para que o produtor possa resistir ao longo período de estiagem.

Pode ser observada essa última característica, apontada por Souza e Suertegaray (2006), na fala de um criador: “a gente sempre vende os machos e deixa as fêmeas. A gente engorda eles, pra depois vender” (Informação verbal concedida por Saulo, em fevereiro de 2008). Ou, a exemplo de muitos dos entrevistados, que dizem sair “do sufoco” vendendo algumas crias, para até mesmo comprar ração para o restante do rebanho que têm.

Embora sejam perceptíveis as melhoras no que se refere ao criatório, Souza e Suertegaray (2006) afirmam que o cultivo de gêneros alimentícios, que complementam a alimentação dos animais, vem sendo prejudicado pelo êxodo rural e pela diminuição das áreas de pastagens. Os camponeses permanecem afetados pela falta de políticas eficientes quanto à produção, distribuição e armazenamento dos alimentos produzidos e problemas quanto à assistência técnica. Na seqüência, no depoimento do camponês Sr. Zé Preto, a diferença de seu trabalho durante a estiagem e no período chuvoso.

Todos os dias a gente tem essa obrigação de passar aqui tirar o capim trazer pra cá, moer. Moe o xique-xique e a macambira, mistura, dá uma ração de primeira. A gente faz a mistura. Aqui na forrageira tá misturado o xique-xique com a macambira. O capim a gente ainda vai moer e quando chega lá no sítio coloca nos cochos tudo misturado. O farelo eu já levo uma ração balanceada, sabe? Misturada: farelo de milho, trigo, boaideiro, soja, já vai tudo misturado, chega lá

a gente já coloca em outro cocho, a ração balanceada. É só ter coragem, né?

[...] agora quando chove, que cria pasto, que faz água em todo canto, é bem mais fácil. Você não tira ração, já diminui a ração balanceada, eu sempre dou, mas pouquinho, né? Por que tem pasto abundante, aí ela vai comer à vontade no campo, né? Aí passa o dia solta, de noite eu tranco e coloco uma ração balanceada só pra elas se acostumar a vir pro curral. [...] é bem mais fácil, não tira ração, não tira palma, só botar uma raçozinha balanceada, bem cedo vir tirar o leite, pronto. [...] elas comem, a palma só tirar do jeito que ela tá aí, cortar, elas comem puro. O espinho da palma é um coisinho pequeno, não interrompe não.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa do Leite: características e atuação na Paraíba

O Programa do Leite é um desdobramento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O PAA, que compõe as ações e programas do Eixo 02 do Programa Fome Zero (3), implementado pelo Governo Federal em 2003, consiste em “garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar” (MDS, 2008). O PAA foi instituído por intermédio da Lei nº. 10.696, de 02 de julho de 2003, em seu artigo 19 e regulamentado pelo Decreto-Lei nº. 6.447, de 07/05/2008.

O Grupo Gestor, que tem sob sua responsabilidade implementar o Programa, é composto pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério da Fazenda e Ministério da Educação.

Neste programa, os alimentos são adquiridos

[...] com isenção de licitação, por preços de referência que não podem ser superiores nem inferiores aos praticados nos mercados regionais, até o limite de R\$ 3.500,00 ao ano

por agricultor familiar que se enquadre no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, exceto na modalidade Incentivo à Produção e Consumo do Leite, cujo limite é semestral. (MDS, 2008)

O público-alvo deste Programa são pessoas em instabilidade alimentar e nutricional, atendidas por programas sociais locais, com risco alimentar, a exemplo de comunidades quilombolas, acampados de reforma agrária e atingidos por barragens.

No quadro a seguir, podem ser visualizadas as modalidades do PAA:

Quadro 01 – Modalidades do PAA

Sigla	Título	Ementa
CDAF	Compra Direta da Agricultura Familiar	Possibilita a aquisição de alimentos pelo Governo Federal, a preços de referência, de produtores organizados em grupos formais (cooperativas e associações), inserindo os agricultores familiares no mercado de forma mais justa, via compra direta de sua produção, a fim de constituir reserva estratégica de alimentos. É operada pela CONAB.
	Compra para Doação Simultânea	Destina-se a promover a articulação entre a produção de agricultores familiares e as demandas locais de suplementação alimentar e nutricional de escolas, creches, abrigos, albergues, asilos, hospitais públicos e outros, e dos programas sociais da localidade, tais como bancos de alimentos, restaurantes populares e cozinhas comunitárias, resultando no desenvolvimento da economia local, no fortalecimento da agricultura familiar e na geração de trabalho e renda no campo. É operada pelos governos Estaduais, Municipais e pela CONAB.
CPR – Estoques e	Formação de Estoques pela Agricultura Familiar	Visa adquirir alimentos da safra vigente, próprios para consumo humano, oriundos de agricultores familiares organizados em grupos formais para formação de estoques em suas próprias organizações. É operada pela CONAB.
IPCL	Incentivo à Produção e Consumo do Leite	Destina-se a incentivar o consumo e a produção familiar de leite, visando diminuir a vulnerabilidade social, combatendo a fome e a desnutrição, e contribuir para o fortalecimento do setor produtivo familiar, mediante a aquisição e distribuição de leite com garantia de preço.

Fonte: BRASIL. Presidência da República. Fome Zero. Disponível em: <<http://www.fomezero.gov.br/programas-e-acoas>>. Acesso em março de 2008.

O PL, como observado no quadro anterior, é um dos itens do Incentivo à Produção e Consumo do Leite. Seu objetivo é fazer com que as famílias que se encontram em forte instabilidade alimentar e nutricional, consumam leite, ao passo que, simultaneamente, incentiva a produção de componente alimentar. O PL ocorre mediante parceria entre MDS e os governos estaduais.

Os principais focos do PL são as populações em estado de vulnerabilidade alimentar, que recebem o leite diariamente e, de forma gratuita, pela Usina, alguns moradores não cadastrados no PL (Ver Ilustração 02).

Os critérios elencados a seguir formam a base de seleção do público beneficiado pelo programa: renda per capita de até meio salário mínimo (hoje, R\$ 311,00); ter na família crianças de até 06 anos; estar amamentando até 06 meses após o parto; gestantes e idosos a partir a partir de 60 anos, além de outros que sejam autorizados pelo Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional

Para o produtor, que recebe por seu produto um preço fixo, os critérios são: a produção não pode exceder o volume máximo de 100 litros por dia, priorizando aqueles que produzem 30 litros ao dia; respeitar limite financeiro de R\$ 3.500,00 por produtor, semestralmente; estar apto, mediante declaração emitida pelo PRONAF, e enquadrado nas categorias A ou E; comprovar vacinação dos animais.

Os investimentos no PL, de 2003 até 2008, superaram os R\$ 690.000.000,00, beneficiando 700.000 famílias diariamente, 29.000 produtores de leite, em mais de 1.200 municípios.

O Programa do Leite é uma parceria do Fome Zero com os nove estados do Nordeste, além de Minas Gerais, regiões que abrigam o semi-árido brasileiro. O Governo Federal compra dos agricultores familiares a produção diária de leite e destina o produto a crianças, nutrizes, gestantes e idosos acima de 60 anos. Na Paraíba, 223 municípios participam do programa. (MDS, 2008).

Na Paraíba, o PL foi implementado e é coordenado pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano e executado pela Fundação de Ação Comunitária

(FAC), em parceria com a Secretaria da Indústria e Comércio, Turismo, Ciência e Tecnologia e Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Seu objetivo é elevar a qualidade de vida da população de baixa renda e combater a fome (SETRAS, 2012).

No Estado, são distribuídos 1200 litros de leite por dia, beneficiando os camponeses criadores do semi-árido, que tem a garantia da compra do leite produzido por preço fixo, gerando renda e melhorias para a qualidade de vida. “Na Paraíba, o Programa Fome Zero foi implantado em quatro fases, totalizando atualmente 218 municípios, representando um percentual de 97,73% de cobertura da área total do Estado” (SETRAS, 2012).

Depoimentos como o da Sra. Rosilene, beneficiária do PL, comprovam que a cultura quanto ao leite de cabra vem mudando:

Tem vez que a máquina aqui quebra e a gente compra daquele leite em pó, né? Eles não quer mais tomar... Quando a gente faz, ela [a criança] diz: não, quero de cabra. [...] Ele [o leite de cabra] é mais gostoso, agora tem gente que tem muito nojo, não faz nada, não faz bolo, não come bolo dele nem nada, mas lá em casa a gente faz tudo e não fica... [...] Não tem cheiro nenhum, nem gosto nenhum ruim.

A Associação de Criadores de Caprinos e Ovinos do Município de Cabaceiras – PB e a Usina de Beneficiamento de Leite de Cabra: histórico e tradição inventada

A Associação de Criadores de Caprinos e Ovinos do Município de Cabaceiras – PB (ASCOMCAB) foi fundada em dezembro de 1996, com o objetivo de trazer benefícios para a economia do município e melhoria de qualidade de vida para os produtores. A Usina de Beneficiamento de Leite foi criada em 2000. Neste ano, teve o apoio da Prefeitura Municipal, que promoveu a compra de 10 (dez) reprodutores que possibilitassem a melhoria genética do rebanho, que não possuía, até então, “aptidão” para o leite, segundo o presidente da Associação, Henry Daniel Pombo. O objetivo era, e ainda é, a inserção dos produtores do

município na caprinocultura leiteira. A ASCOMCAB (Ver ilustração 01) possui 66 associados de Cabaceiras.

O Projeto Cooperar (5), nome fantasia do Programa de Combate à Pobreza Rural na Paraíba, em 1999, assistiu a ASCOMCAB com a implementação da Usina, entre infra-estrutura e equipamentos. A Usina beneficiava apenas 150 litros de leite por dia. De acordo com Henry, foram criadas, na mesma época, um total de sete usinas de beneficiamento de leite, seis no Cariri Ocidental e esta em Cabaceiras. Em 2004, um novo projeto implementado pelo Cooperar promoveu uma reforma na Usina e recursos do MDA permitiram a compra de novos equipamentos. O pasteurizador, atualmente, tem capacidade para 600 litros por hora, a embaladeira 1000 litros por hora, uma câmara de congelamento para a estocagem do leite, o que permite à Usina receber e beneficiar entre 3000 e 4000 litros de leite por dia (2008). A Usina paga o aluguel de um caminhão, dentro dos padrões da Vigilância sanitária e do Programa do Leite, atendendo a alguns municípios que participam dessa parceria e, futuramente (em alguns dias, segundo Henry), a Usina de Gurjão.



Ilustração 01 - Usina de Beneficiamento de Leite - ASCOMCAB. Cabaceiras/PB. Pesquisa Direta, fevereiro de 2008. Foto de Ana Bernadete Accioly Soares.



Ilustração 02 - Entrega do leite/PL. Pesquisa Direta, fevereiro de 2008. Foto de Ana Bernadete Accioly Soares.

Em 2007, foram realizadas pequenas melhorias e ampliações estruturais com recursos próprios da Usina, além de haverem encaminhado ao Cooperar projeto de construção do muro no entorno do terreno da Usina e pavimentação. O objetivo da busca incessante por melhorias é conseguir o selo de inspeção federal (SIF), que permitirá a comercialização dos produtos da usina fora do Estado, o que

não acontece hoje. A Usina comercializa seus produtos a nível intermunicipal, pois só possui o selo de inscrição estadual (SIE).

A Usina recebe leite de Cabaceiras e de outros municípios, sem que os produtores sejam associados da ASCOMCAB. São 72 produtores de Cabaceiras (apenas 66 são associados), 14 produtores de Boa Vista, 27 produtores de Boqueirão, sete produtores de Caturité, sete produtores de São Domingos do Cariri e quatro produtores de Riacho de Santo Antônio, totalizando aproximadamente 160 produtores. De acordo com Costa (2008, informação verbal), o projeto inicial da Usina de Beneficiamento de Leite de Cabra deveria ser do Cariri Oriental, mas atende, hoje, apenas a esses municípios. Assim sendo, a Usina é considerada como pólo, recebendo o leite de outros municípios em regime de parceria com suas respectivas associações. O que difere os fornecedores de Cabaceiras dos fornecedores dos outros municípios é maior rigor na fiscalização, na produção e no manejo na ordenha, que é realizada pelos Agentes de Desenvolvimento Rural (ADR's).

Os associados de Cabaceiras pagam à Associação uma taxa mensal de R\$ 5,00, enquanto que os produtores de fora não, pois, de acordo com Henry, “o intuito é fortalecer, por que Cabaceiras é uma cidade pólo em caprinocultura, então nós não podemos também criar situações, pelo contrário, é incentivar os produtores, dos demais municípios”.

Os produtores da Usina recebem o dinheiro correspondente à produção comercializada com o PL, através da Usina. Esta recebe R\$ 1,40 por litro de leite, repassa ao produtor R\$ 1,00 por cada litro e R\$ 0,40 ficam na Usina para os custos do beneficiamento. De acordo com Henry (2008), “o leite é contabilizado a cada 15 dias, então nós pagamos de acordo com o que o Estado paga e com o que ele produz. Por exemplo, se o produtor produziu 150 litros de leite em uma quinzena, ele vai receber R\$ 150,00”. Às vezes ocorre atraso no repasse por parte do PL que, segundo Henry, tem como principais causas questões relativas ao Estado e ao contrato, dentre outras.

São beneficiadas diariamente em Cabaceiras, 323 famílias cadastradas no Programa. Cada responsável recebe 01 litro de leite por criança/adolescente (até 16 anos) cadastrado no Programa, com vacinação em dia e frequentando a escola.

Até 2004, a Usina de Beneficiamento de Leite fornecia leite de cabra à Prefeitura Municipal de Cabaceiras a ser distribuído na merenda escola e ao Programa do Leite. Outra parceria, no entanto, foi efetivada, com o Governo do Estado, fornecendo uma cota de 1700 litros de leite por dia (Informação verbal concedida por Henry, em fevereiro de 2008). Afirma ainda Henry que pode se considerar que a caprinocultura leiteira é a maior fonte de renda do município.

Na Usina é beneficiado apenas leite de cabra, em torno de 1700, 1800 litros por dia, o que está acontecendo em consequência da estiagem e o período de apartamento. Fora desse período, a Usina chega a beneficiar 2200 litros de leite por dia.

Os principais parceiros da ASCOMCAB e da Usina são o Governo do Estado da Paraíba, SEBRAE, EMATER, Prefeitura Municipal de Cabaceiras (gestão anterior), Federação dos Produtores da Paraíba (FAEPA), anteriormente a Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba S. A. (EMEPA), MDA, dentre outros. O SEBRAE, junto à ASCOMCAB, teve o papel de capacitar e dar assistência técnica. Anteriormente, os Agentes de Desenvolvimento Rural (ADR's) eram encaminhados pelo SEBRAE. Hoje, os ADR's são pagos pela Usina. Os produtores colaboram mensalmente com R\$ 0,10 por litro de leite para esse remunerar esse profissional. Já a EMATER, de acordo com Henry, tem o compromisso de elaborar projetos e dar assistência técnica.

Outro parceiro, segundo Henry, foi o Pacto Novo Cariri, que “inovou não só na caprinocultura, mas no turismo, no artesanato, o Pacto engrandeceu, fortaleceu nosso Cariri Paraibano. E o Pacto não ficou de fora no caso da Usina de Cabaceiras, contribuiu muito”.

O Pacto Novo Cariri: algumas considerações

O Pacto Novo Cariri é um programa regional e foi implementado pelo SEBRAE, em 31 municípios do Cariri Paraibano, em parceria com órgãos e entidades públicas e privadas e organizações da sociedade civil. Teve como objetivo aproveitar as potencialidades locais para promover o seu desenvolvimento sustentável. Seus objetivos são fortalecer as atividades

produtivas locais geradoras de ocupação e renda; organizar os segmentos produtivos em estruturas associativas; capacitar os empreendedores quanto aos conhecimentos e habilidades técnicas e gerenciais; difundir e implantar técnicas produtivas e organização do trabalho compatível com as condições do semi-árido e a organização dos produtores; estudar, fortalecer e apoiar a eficiência das cadeias produtivas tradicionais e que apresentam potencialidades e oportunidades possíveis; modernizar a gerência dos serviços públicos municipais e fortalecer sua participação como agente de desenvolvimento local; realizar estudos e monitorar ações voltadas a preservação, conservação e gestão ambiental; promover as atividades culturais, artesanais, turísticas e educacionais da região, sobretudo a educação e cultura empreendedora.

Os parceiros do pacto Novo Cariri são: Secretaria de Planejamento (SEPLAN); Projeto Cooperar, no financiamento às associações para instalar mini-usinas de beneficiamento de leite; Secretaria da Indústria, Comércio, Turismo, Ciência e Tecnologia (SICTCT); Programa Paraibano de Tecnologias Apropriadas (PPTA), com projetos que dêem suporte à cadeia produtiva de couros e peles de caprinos; Companhia de Industrialização da Paraíba (CINEP); Projeto CAPRIOVI, financiado pelo Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Industrial da Paraíba (FAIN), para apoio à instalação/modernização de equipamentos industriais; Secretaria da Agricultura, Irrigação e Abastecimento (SAIA/PB); EMATER, provendo as associações com assistência técnica e extensão rural para pequenos e médios produtores rurais e criadores; EMEPA, na difusão de tecnologia de produtos de origem animal e vegetal. Atua na geração de tecnologia na Estação Experimental de Independência – caprinovinocultura, no melhoramento genético do rebanho e na Profilaxia (vacinação/vermifugação) animal; Secretaria de Educação e Cultura (SEC); Projeto Empreendedor na Escola, em parceria com o SEBRAE, SEC e Prefeituras Municipais; Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH), com ações no que se refere ao Plano das Águas, o monitoramento das bacias hidrográficas, perfuração de poços, cisternas subterrâneas e barragens; Banco do Nordeste e Banco do Brasil S/A, no fornecimento de crédito e orientação gerencial; Banco do Brasil S/A; Universidade Federal da Paraíba (UFPB), na transferência de tecnologia e capacitação quanto às forrageiras nativas e

tecnologia de carne; Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), na transferência de tecnologia e capacitação quanto aos couros e tanantes, agroindústria de leite e camarão de água salgada; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), na organização dos assentamentos rurais no que se refere à produção agrícola (mandalas) e criação de caprinos; Associação dos Municípios do Cariri Paraibano (AMCAP), na modernização gerencial e fortalecimento da administração pública, através de capacitação, orientação técnica, articulações políticas e administrativas e desenvolvimento local (mobilização e capacitação de comunidades); Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (CNPQ/EMBRAPA) nas pesquisas agrônômicas e difusão de tecnologia, quanto ao plantio do algodão colorido, plantio de sisal consorciado com palma e algaroba e fruticultura do umbu, cajá e coco; Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI/CTCC), na capacitação e difusão de tecnologia de couros e calçados atuando no Curtume Escola em Cabaceiras, na ARTEZA também em Cabaceiras e Coopercou, em Monteiro, no plantio de angico para reflorestamento e extração de tanino natural; Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR)/Federação da Agricultura do Estado da Paraíba (FAEPA), capacitando pequenos produtores e trabalhadores rurais; Projeto Dom Helder, na organização de núcleos produtivos em comunidades e assentamentos rurais, quanto a Investimentos produtivos, dentre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse trabalho, destacamos duas políticas públicas: o Programa do Leite e o Projeto Cooperar. Ambas, em sua essência, são dirigidas aos 'agricultores familiares' e tem o propósito de reduzir a pobreza rural. Destacamos que a designação de "agricultor familiar" vem sendo incorporada pelo camponês para ter acesso às políticas, sob orientação dos órgãos e agências financiadoras. Embora saibamos das intenções ideológicas que cercam esses programas, em especial de suas agências financiadoras, não se pode negar que sua implementação tem permitido ao camponês sua permanência na terra ou o retorno a ela, bem como a melhoria nas condições de vida e trabalho, o fortalecimento das comunidades

rurais e das coletividades e, embora não diretamente, como instrumento de sua reprodução social. Neste momento frisamos que a idéia de associativismo e/ou cooperativismo, presente em ambas as situações estudadas, partem do imaginário camponês de ajuda mútua e cooperação. Presente nas falas dos camponeses, isto fica claro. Afirmam: “Uma andorinha só não faz verão”, “sozinhos não conseguimos nada”, “juntos somos fortes”, “o governo atende mais fácil quando estamos juntos” ou ainda “se sair uma pessoa só atrás de uma coisa, é mais difícil de conseguir do que um grupo”.

Apesar da questionável parceria com o Banco Mundial, através do Projeto Cooperar ocorreu a implementação, na ASCOMCAB, de subprojetos de infraestrutura (relativos à água) e produtivos (Usina de Beneficiamento de Leite de Cabra), o que permitiu, posteriormente, a implementação do PL. Os convênios ocorreram em decorrência da demanda das comunidades rurais.

No contexto da pesquisa realizada, fica evidente que a caprinocultura é, sem sombra de dúvida, uma alternativa viável para os camponeses inseridos nos semi-árido. Ressalte-se que a postura condescendente por parte do BIRD, com um discurso apolítico e livre de ideologias, nega a existência de conflitos entre os movimentos sociais e suas contradições, e deslegitima a representatividade desses movimentos.

Merece destaque nossa percepção de que o Estado, agente de políticas inclusivas, deve promover mediações e implementar programas e projetos considerando a realidade histórica da formação de nosso campesinato, as experiências e pareceres dos movimentos sociais brasileiros, atores principais das lutas pela terra e pela reforma agrária.

Notas

1. As Feiras Agroecológicas ocorrem no estado, em parcerias com a Cáritas e a UFPB.
2. Programa de crédito criado para obtenção de terra, para aquisição de imóveis rurais (Banco da Terra) e concessão de crédito para instalação do assentado. Mais informações disponíveis no site <<http://www.abrasil.gov.br>>. Acesso em janeiro de 2008.
3. Disponível em <<http://web.worldbank.org>>.

4. O Programa Fome Zero, instituído a partir de 2003, tem como meta combater a fome, propiciando alimentação adequada à população carente. Com esse objetivo, desdobra-se em quatro eixos principais: Acesso aos alimentos, Fortalecimento da Agricultura Familiar, Geração de Renda e Articulação, Mobilização e Controle Social. Cf. <<http://www.fomezero.gov.br/programas-e-acoas>>. Na atualidade, O Plano Brasil Sem Miséria tem o objetivo de complementar as ações do Programa Fome zero.

5. O Projeto Cooperar foi criado pela Lei Nº 6.523 de 10 de setembro de 1997 e está vinculado à Secretaria de Planejamento do Estado da Paraíba (SEPLAN). Cf. SOARES (2008).

REFERENCIAS

ARAÚJO, Tânia Bacelar. Nordeste, Nordestes. Que Nordeste? In: **Desigualdades Regionais e Desenvolvimento**. São Paulo: FUNDAP/Editora UNESP, 1995.

BRASIL. Presidência da República. Fome Zero. Disponível em: <<http://www.fomezero.gov.br/programas-e-acoas>>. Acesso em março de 2008.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1989.

_____. Presidência da República. Dispõe sobre o Programa Fome Zero. Disponível em: <<http://www.fomezero.gov.br/programas-e-acoas>>.

COSTA, José Jonas Duarte da. **Leite de Cabra**: a Paraíba em primeiro lugar. Disponível em <www.eliezerjgomes.com/noticia/1243/leite_de_cabra_a_paraiba_em_primeiro_lugar_jonas_duarte/>. 04 de fevereiro de 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Delimitação conceitual de campesinato. In: **Versão elaborada para debate do Plano Camponês**. 2004. Disponível <<http://www.mst.org.br/informativos/vozes/textobernardo2.htm>>. Acesso em 14 de outubro de 2005.

_____. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, Antônio M. (Ed.). **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2005

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Agropecuário 2006 (Resultados Preliminares). Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em março de 2008

MARTINS, José de Souza. Impasses sociais e políticos em relação à Reforma Agrária e à agricultura familiar no Brasil. In: SEMINÁRIO INTERNO: DILEMAS E

PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO BRASIL COM ÊNFASE NO AGRÍCOLA E RURAL NA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉC. XXI. 2001, Santiago do Chile. Disponível em <http://www.nead.org.br/index>>. Acesso em jan. 2003.

_____. **O cativo da terra**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1990.

_____. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991. (Coleção Caminhos da Geografia).

PEREIRA, João Márcio. Neoliberalismo, políticas de terra e reforma agrária de mercado na América Latina. In: SAUER, Sérgio; PEREIRA, João Márcio. (Orgs). **Capturando a terra**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006. P. 13-47.

SAUER, Sérgio; PEREIRA, João Márcio Mendes (Orgs). **Capturando a terra: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006.

PARAÍBA (Estado). Secretaria do Trabalho e Ação Social. Disponível em <<http://www.estadodaparaiba.gov.br>>. Acesso em 2008.

SOUZA, Belarmino Israel de; SUERTEGARAY, Dirce M. A. Estratégias de sobrevivência do pequeno produtor em áreas sujeitas à desertificação. In: SEMINÁRIO LUSO-BRASILEIRO CABOVERDIANO. João Pessoa, 2006. (anais de evento). 1 CD.

SOARES, Ana Bernadete de Carvalho Accioly. **A recriação do campesinato no município de Cabaceiras - PB**. Dissertação (Mestrado em Geografia). 192 f. CCEN/Departamento de Geociências. UFPB. João Pessoa, 2008.